



OFÍCIO S/N

PROC. 017593/12-3

PA (PAI)

(SCCO) - SERVIÇO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

INTERESSADO

DOCUMENTO	ASSUNTO

ENCAMINHA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE ADESÃO DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA - PML, DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA-BA.

TRÂMITAÇÃO						
DE	PARA	DATA	DE	PARA	DATA	
1) SEPROT	SCCO	22/ 06 / 2012			/ /	/ /
	SCCO	/ /			/ /	/ /
		/ /			/ /	/ /
		/ /			/ /	/ /
		/ /			/ /	/ /
		/ /			/ /	/ /
		/ /			/ /	/ /
		/ /			/ /	/ /
		/ /			/ /	/ /
(PA011200) EMITIDO EM: 22/06/2012-09:34:28HS. -CLEBERSON LUIZ CORTES DE CARV						
		/ /			/ /	/ /



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

22 JUN 2012  
DIRETORIA GERAL ADJUNTA  
PROTOCOLO ADMINISTRATIVO



Brasília, 21 de junho de 2012.

Ao SEPROT:

SENADO 017593/12-3



1017593123

Solicito de Vossa Senhoria a adoção das providências necessárias para autuar o documento anexo em processo e devolver a esta SCCO/ Interlegis/SF.

**EMENTA:** Formalização de Termo de Adesão do Projeto de Modernização Legislativa – PML, da Câmara Municipal de:

**BARRA – BA.**

Atenciosamente,

*pl. Santos*  
NOEMIA GOMES DOS SANTOS  
Chefe do Serviço de Contratos e Convênios

*Felipe Guimarães Côrtes*  
Chefe do GABINT

Ilmo. Senhor  
**JORGE BATISTA NUNES**  
Chefe do SEPROT  
Senado Federal

SEPROT/DGERAD  
AUTUADO COM 02 FLS  
ASS. *Christon*  
Matrícula \_\_\_\_\_



**SENADO FEDERAL**  
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



## Solicitação de Adesão de Casa Legislativa

Preencha todos os campos  
**ENVIE PELO CORREIO:** Programa Interlegis II - Av. N2 Anexo "E" do Senado Federal  
Brasília/DF - CEP: 70-165-900  
Central de Atendimento: (61) 3311-2558

**Tipo de Casa:**  Assembleia Legislativa  Câmara Municipal **Qtd. Parlamentares:** \_\_\_\_\_

**Nome da Casa:** *Câmara Municipal de Vereadores da Barra*

**Endereço:** *Rua dos Mariants, n.º 1836*

**Cidade:** *Barra* **UF:** *BH* **CEP:** *47100-000*

**Telefones:** *(74) 3662-2284* **FAX:** *(74) 3662-2709*

**E-mail:** *baracamara@gmail.com*

**Homepage:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** *13.992.534/0001-04*

### Identificação do Presidente

**Nome Completo do Parlamentar:** *Adalberto José dos Santos*

**Nome Parlamentar:** *Bertim* **Partido:** *PP*

**Mandato Parlamentar (dia/mês/ano):** **Início:** *2009* **Fim:** *2012*

**Aniversário (dia/mês/ano):** *24/08/1954* **Sexo:** *Masculino*

**Telefones:** *(74) 3662-2284* **FAX:** *(74) 3662-2709*

**E-mail:** *baracamara@gmail.com*

**Homepage:** \_\_\_\_\_

Solicito a adesão da Casa Legislativa cujos dados básicos constam acima indicados.

*19/06/2012*  
Local e data

*Adalberto José dos Santos*  
Assinatura do Presidente

SEPROT/DGERAD  
AUTUADO COM *02* FLS  
ASS. *Bertim*  
Matrícula \_\_\_\_\_



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



CONVÊNIO DE PARTICIPAÇÃO DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA - BA NO  
PROGRAMA INTERLEGIS / PROJETO DE  
MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA - PML.

**CONVÊNIO: BA N° 293/ INTERLEGIS / PROJETO DE MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA  
- PML**

O SENADO FEDERAL, com sede no Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes, em Brasília – DF, CEP 70.165-900, atuando como ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA INTERLEGIS, doravante denominado ÓRGÃO EXECUTOR, à vista da sucessão promovida, e em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, celebrado entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, em 11 de dezembro de 2007, para implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, da Secretaria Especial do Interlegis – SINTER, Ato da Comissão Diretora nº 08, de 2005, neste ato representado pelo Diretor Nacional do PROGRAMA INTERLEGIS, Senador CÍCERO LUCENA, e a CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA - BA, doravante denominada CASA LEGISLATIVA, com sede na Rua dos Marianis – nº 1836 – Centro - BARRA - BA – CEP: 47100-000, CNPJ: 13.222.534/0001-04. Representada por seu Presidente, Vereador ADALBERTO JOSÉ DOS SANTOS, resolvem celebrar o presente Convênio, regendo-se pela Lei n.º 8.666/93 e pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA na implementação do PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML, para estímulo à promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, com execução por esforço e interesse comuns dos convenentes, em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR – Interlegis.



§ 1º São finalidades deste Termo:

- I- promover a operacionalização da COMUNIDADE VIRTUAL DO PODER LEGISLATIVO;
- II- promover o intercâmbio, a permuta e a cessão de técnicas, conhecimentos, programas e, eventualmente, de equipamentos entre os convenientes, aumentando a eficiência e competência das Casas Legislativas;
- III- estimular a produção, captação e disseminação de informação de interesse dos legisladores brasileiros, de forma a democratizar o acesso às informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- IV- estimular e promover a participação cidadã nos processos legislativos;
- V- promover a consolidação e a validação dos modelos de integração e modernização desenvolvidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 2º É parte integrante deste Convênio as normas e regulamentação do PROGRAMA INTERLEGIS estabelecidas pelo Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, bem como as respectivas modificações que vierem a ser promovidas, observado o disposto na Cláusula das Disposições Especiais do mencionado Contrato de Empréstimo.

§ 3º Poderão ser elaborados e desenvolvidos pelos convenientes, em conjunto, planos e projetos específicos vinculados ao objeto do PROGRAMA INTERLEGIS/ Projeto de Modernização Legislativa - PML, com formalização prévia em Termos Aditivos a este Convênio.

§ 4º Toda ação ou atividade, e equipamento se houver, necessário à implementação do objeto deste Termo, que não estiver descrito nos ANEXOS correspondentes, dedicados às especificações e detalhamentos, serão formalizados por meio de Termo Aditivo a este Convênio, observada a natureza do objeto estabelecido na Cláusula Primeira.



**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA**

São atribuições do ÓRGÃO EXECUTOR:

- I- disponibilizar à CASA LEGISLATIVA, de acordo com a necessidade e viabilidade técnica, os bens destinados à utilização no PROGRAMA INTERLEGIS, observando a CLÁUSULA QUARTA e os ANEXOS deste Convênio;
- II- desenvolver e implementar ações conjuntas de interesse comum da CASA LEGISLATIVA e do PROGRAMA INTERLEGIS, voltadas para a modernização, com melhoria da comunicação e do fluxo de informação entre os legisladores;
- III- tratar das obrigações previstas no Contrato de Empréstimo n.º 1864/OC-BR, a partir de informações fornecidas pela CASA LEGISLATIVA;
- IV- manter atualizados os sistemas em meio eletrônico disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, propiciando melhoria no trato com o processo de modernização para a Casa Legislativa;
- V- viabilizar os meios técnicos, entendidos como modelos de integração, capacitação e modernização nas áreas de informática e comunicação, para que a CASA LEGISLATIVA possa tornar disponíveis, informações vinculadas ao seu processo legislativo, à sua prestação de contas e outras informações de interesse do cidadão;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CASA LEGISLATIVA**

São atribuições da CASA LEGISLATIVA:

- I- disseminar e divulgar, no âmbito da sua estrutura organizacional, a existência do presente Convênio e em especial o que estabelece a Cláusula Primeira e respectivos Parágrafos;
- II- providenciar a instalação e manutenção dos sistemas e aplicativos descritos nos anexos, e o pessoal necessário à sua operação;



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



- III- informar a todos os usuários credenciados sobre as normas de utilização estabelecidas para o uso dos sistemas e aplicativos, do conteúdo de informações e mensagens enviadas e recebidas pelos meios disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IV- disponibilizar e manter a infra-estrutura para instalação de equipamentos eventualmente disponibilizados pelo ÓRGÃO EXECUTOR, nos termos da CLÁUSULA QUARTA, e zelar pela guarda, administração, correta utilização e manutenção das condições de garantia desses bens, conforme detalhamentos definidos em ANEXO específico;
- V- indicar SERVIDOR RESPONSÁVEL para as verificações de execução das cláusulas celebradas neste Termo;
- VI- informar a todos os usuários credenciados sobre o cumprimento das normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, e respectiva legislação específica, divulgando-os;
- VII- garantir os meios necessários à utilização dos programas e ferramentas disponibilizadas pelo PROGRAMA INTERLEGIS, para execução do Projeto de Modernização Legislativa - PML;
- VIII- promover a inclusão, a exclusão e a atualização das informações do cadastro de usuários e direitos de acesso aos serviços oferecidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IX- impedir a instalação e o uso indevido de programas, que não disponham de autorização contratual ou legal, nos equipamentos eventualmente fornecidos pelo ÓRGÃO EXECUTOR para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS.
- X- incentivar o uso dos sistemas e aplicativos para o desenvolvimento dos processos da CASA LEGISLATIVA, assim como tornar disponível, quando for o caso, suas soluções para utilização por outros membros da Comunidade.



**CLÁUSULA QUARTA - DOS BENS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA CASA LEGISLATIVA**

Os sistemas e aplicativos, bem como os equipamentos eventualmente disponibilizados para a Casa Legislativa, têm respaldo nas normas do PROGRAMA INTERLEGIS, com o escopo de implementar o objeto deste Convênio, estando relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 1º Os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS estão destinados para o uso único e exclusivo na Sede da Casa Legislativa.

§ 2º As destinações finais dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e recebidos pela Casa Legislativa, estão diretamente vinculados ao cumprimento das obrigações celebradas neste Termo, com a finalidade de atender as atividades de implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 3º Todos os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e disponibilizados para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, serão considerados remanescentes, e poderão ser destinados à incorporação patrimonial da Casa Legislativa.

§ 4º Para a possível efetivação do que expressa o Parágrafo Terceiro, a Casa Legislativa, após observância de todos os compromissos dispostos neste Termo, emitirá compromisso que assegura a continuidade do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, como condição prévia à definição da doação a ser efetivada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

§ 5º A responsabilidade por despesas ocasionadas pelos serviços de ligação da internet e correlatos por inferência ficam a cargo da CASA LEGISLATIVA, inclusive, a partir do término do período de garantia de origem dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 6º A CASA LEGISLATIVA deverá designar e comunicar formalmente ao ÓRGÃO EXECUTOR o servidor responsável pelo recebimento e administração de bens eventualmente relacionados e descritos





nos ANEXOS, a serem instalados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa – PML – com verificação do Manual de Recebimento e Instalação - ANEXO.

§ 7º O recebimento dos referidos bens, quando houver, será formalizado mediante assinatura de Termo de Aceite e Responsabilidade – ANEXO, por representante da CASA LEGISLATIVA no ato da instalação.

§ 8º São de exclusiva responsabilidade da CASA LEGISLATIVA os danos que vierem a ocorrer por imperícia ou imprudência do pessoal designado para utilização dos programas, acervo de dados e equipamentos, eventualmente disponibilizados, inclusive aqueles decorrentes de procedimentos que impliquem a perda da garantia dos mesmos.

§ 9º Durante o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, as manutenções assim previstas deverão ser realizadas única e exclusivamente pela empresa fornecedora/credenciada conforme contrato de origem.

§ 10 A manutenção corretiva, quando necessária, será solicitada pela CASA LEGISLATIVA, conforme normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/ Programa de Modernização do Legislativo - PML.

§ 11 Após o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, a manutenção do seu funcionamento fica sob a responsabilidade da CASA LEGISLATIVA, para garantir a continuidade do previsto na Cláusula Primeira.

§ 12 Em caso de roubo, furto, substituição indevida ou sinistro de algum equipamento ou componente, a CASA LEGISLATIVA compromete-se a instalar outro com características e configuração iguais ou superiores ao original, além de adotar as medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive enviando relatório e comprovações dos fatos ocorridos e das providências realizadas.



### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não há previsão de transferência de recursos financeiros entre os Convenentes.

### CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, com prazo de vigência coincidente com a duração do PROGRAMA INTERLEGIS.

**Parágrafo Único.** Havendo prorrogação de vigência do PROGRAMA INTERLEGIS, haverá celebração de Termo Aditivo ou novo Termo de Convênio, conforme os respectivos atos que originarem a mencionada definição de vigência, com o objetivo de não interromper a implementação integral do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

A rescisão do presente Convênio poderá se dar:

- I- amigavelmente, por iniciativa de qualquer dos convenentes, mediante notificação escrita enviada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência;
- II- pelo não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Convênio, em especial quanto à finalidade e utilização dos programas e equipamentos eventualmente disponibilizados, ou pela inobservância das prescrições legais, mediante notificação de um dos convenentes, assegurado ao outro o direito de ampla defesa;
- III- judicialmente, nos termos da legislação específica para o fato gerador.

§ 1º Em quaisquer das hipóteses de rescisão do Convênio ou em caso de não prorrogação, os equipamentos eventualmente disponibilizados, programas e investimentos fornecidos e realizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML devem ser devolvidos pela CASA LEGISLATIVA, no prazo de 30 (trinta) dias.



**CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

São de inteira responsabilidade da CASA LEGISLATIVA:

- I- a manutenção de situação regular que permita a implantação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, na forma estabelecida;
- II- as conseqüências legais advindas da instalação ou uso de programas de informática que não disponham de autorização legal ou contratual;
- III- as informações, o conteúdo das páginas internet e mensagens eletrônicas provenientes dos equipamentos eventualmente instalados na CASA LEGISLATIVA.

§ 1º O nome da Secretaria Especial do PROGRAMA INTERLEGIS – SINTER, não poderão ser vinculados a qualquer outro fato ou ato distinto do objeto deste Convênio.

§ 2º Os casos omissos deste Convênio serão solucionados mediante entendimento entre os convenientes e as adequações necessárias, formalizadas em Termos Aditivos.

§ 3º É parte integrante deste Convênio, independentemente de transcrição, o Plano Diretor/Plano de Trabalho decorrentes do relatório de DIAGNÓSTICO previamente realizado pelo ÓRGÃO EXECUTOR.

**CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

O presente Convênio será publicado pelo ÓRGÃO EXECUTOR, em forma resumida, no Diário Oficial da União.



**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

Fica estabelecido o foro da Justiça Federal em Brasília para dirimir qualquer questão porventura suscitada em decorrência deste Convênio.

E, por estarem de acordo, os convenientes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só fim, juntamente com as testemunhas.

Brasília, 03 de Setembro de 2012.

  
Senador CÍCERO LUCENA  
Diretor Nacional do  
PROGRAMA INTERLEGIS

  
Vereador ADALBERTO JOSÉ DOS SANTOS  
Presidente da Câmara Municipal de  
BARRA - BA

  
HAROLDO FEITOSA TAJRA  
Diretor da Secretaria Especial do  
Interlegis - SINTER

  
Representante da CASA LEGISLATIVA  
Câmara Municipal de BARRA - BA  
(carimbo)  
CAMARA MUNICIPAL DA BARRA  
João de Deus Marques de Oliveira  
Diretor - Geral

Testemunhas:

Relação de Anexos:

- I - Plano Diretor/Plano de Trabalho
- II - Relação e descrição de Programas/Aplicativos





**ANEXO I**  
**Plano de Trabalho**  
**Câmara Municipal de BARRA - BA**

**1. Introdução**

O presente Plano de Trabalho é resultado da visita técnica situacional realizada na sede da Câmara Municipal de BARRA - BA.

Este plano constitui parte integrante e indissociável do convênio realizado entre a Câmara Municipal de BARRA - BA e a Secretaria Especial do Programa Interlegis do Senado Federal – SINTER.

**2. O Projeto de Modernização Legislativa**

A Câmara Municipal de BARRA - BA, doravante denominada CM, faz parte do Projeto de Modernização Legislativa (PML) de responsabilidade do Interlegis. O PML prevê o desencadeamento de ações voltadas para as áreas de gestão, tecnologia, informação, comunicação e capacitação em 700 câmaras municipais selecionadas conforme critérios definidos para este desiderato no contrato mantido entre o Senado Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Diante da dificuldade da definição de “moderno” ou “padrão” para uma CM legislativa municipal, valeu-se o Interlegis de um modelo de maturidade que prevê quatro estágios de desenvolvimento, denominados níveis de maturidade: nível I – Infra-estrutura implantada, nível II – E-legislativo implantado, nível III – E – legislativo integrado e nível IV – Gestão do conhecimento planejado.

O objetivo do PML é desencadear ações que conduzam as câmaras municipais participantes a atingir progressivamente estes níveis.

**3. Objetivo do Plano de Trabalho**

Implantar processo de modernização tecnológica, abrangente em termos organizacionais, por intermédio do aporte de sistemas informatizados fornecidos pelo Programa Interlegis, de um programa de capacitação e de consultoria nas áreas de Gestão, de Métodos e Processos, de forma a se alcançar o nível I do Modelo de Maturidade – Infra-estrutura Implantada, que significa a certificação de uma infra-estrutura que possibilitará o desenvolvimento e execução de forma eficiente, eficaz e efetiva das funções legislativas.



#### 4. Compromissos

Para a consecução dos objetivos propostos o Programa Interlegis e a Câmara Municipal de BARRA - BA assumem os seguintes compromissos:

##### 4.1 Programa Interlegis

- Fornecer consultoria nas áreas de equipamentos, sistemas e redes tecnológicas;
- Prestar suporte para a atualização da rede local e servidores;
- Fornecer treinamento operacional para os parlamentares e funcionários que utilizarão os novos sistemas;
- Oferecer aos parlamentares e funcionários da Câmara Municipal, cursos a distância e presenciais, de acordo com as necessidades detectadas e possibilidades operacionais da SINTER;
- Prestar suporte técnico na revisão e atualização do Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município;
- Prestar suporte técnico na elaboração de Plano de Comunicação;
- Prestar suporte técnico na organização da Biblioteca Legislativa;
- Prestar suporte técnico na organização do arquivo da Casa Legislativa;
- Oferecer, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste Plano de Trabalho para negociação e aprovação da CM.

##### 4.2 Câmara Municipal de BARRA - BA

- Fazer a indicação formal, com garantia de informação imediata quando de eventual substituição, dos interlocutores técnicos da Câmara Municipal em cada um dos projetos e ações do Programa Interlegis elencados no item 4.1;
- Fazer a adequação do corpo funcional da Câmara à nova realidade tecnológica;
- Fazer a digitalização de toda a documentação referente à produção legislativa;
- Fornecer garantia de sustentabilidade do projeto, durante a sua execução;
- Fornecer ao Interlegis, quando solicitado, toda e qualquer informação relacionada ao desenvolvimento do projeto;
- Garantir a inscrição dos funcionários da CM em pelo menos dois cursos oferecidos pelo Interlegis a cada ano;
- Garantir aos funcionários da CM condições adequadas para a realização dos cursos a que se refere o item anterior;



- Aprovar, após negociação com a equipe da SINTER, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste plano de trabalho.

### 5. Prazo de Execução

O período inicial estimado para a implantação e execução deste Plano de Trabalho é de 12 meses, renováveis automaticamente no período de vigência deste convênio.

Ao final de cada período de 12 meses uma equipe do Interlegis realizará procedimento de avaliação dos resultados alcançados. Em função destes resultados a CM de BARRA - BA poderá ser certificada no Nível I do modelo de modernização, bem como poderá ser verificada a possibilidade de estruturação de um novo conjunto de ações a ser desenvolvido para atingimento do Nível II.

### 6. Custos

As ações consignadas neste Plano de Trabalho serão financiadas com recursos do Programa Interlegis, excetuando-se:

- Contratação e manutenção de pessoal da CM;
- Despesas relativas a viagens de parlamentares e funcionários da CM (diárias e passagens);
- Contratação de serviços técnicos pela CM;
- Despesas relacionadas com ações de investimento e obras eventualmente necessárias ao desenvolvimento do PML na Câmara Municipal.

### 7. Disposição Geral

O presente Plano de Trabalho é parte integrante do Termo de Convênio celebrado entre o Interlegis e a Câmara Municipal de BARRA - BA, que permitirá que os compromissos, ações, prazos e custos acordados viabilizem as condições para o recebimento de sistemas, aplicativos, assessorias e capacitações para a implantação do Projeto de Modernização Legislativa.





SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER





## ANEXO II

# RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DESTINADOS À CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA - BA

### ANEXO II – RELAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS INTERLEGIS

#### 1. PORTAL MODELO

O Portal Modelo é um produto gerenciador de conteúdo na internet, moldado em sua estrutura para o atendimento às inúmeras funcionalidades das Casas Legislativas e orientado para a publicação na web de informações relevantes sobre a sua atuação legislativa e administrativa, de interesse público. Além disso, possibilita a criação de diversos canais de comunicação com a sociedade, seja por meio da distribuição de boletins eletrônicos – diretamente aos cidadãos via e-mails, serviço de Ouvidoria, fale conosco e canais RSS (*Really Simple Syndication*) ou *Feeds*, que são agregadores de conteúdo como notícias e outros. Para tanto, o Portal Modelo faz uso de um conjunto de tecnologias que o viabilizam e dão suporte às facilidades de customização de interfaces de apresentação, de navegação e uso pelos gestores de conteúdo e usuários finais, que são os cidadãos em geral.

#### 2. SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO (SAPL)

O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) tem como finalidade apoiar as Casas Legislativas nas suas atividades relacionadas ao processo legislativo em geral, como: elaboração de proposições, protocolo e tramitação das matérias legislativas, organização das sessões plenárias, manutenção atualizada da base de leis, entre outras; também, mantém e disponibiliza consultas às informações sobre Mesa Diretora, Comissões, Parlamentares, Ordem do Dia, Sessão Plenária, Proposições, Matérias Legislativas e Normas Jurídicas. Assim, com a informatização, facilita as atividades dos parlamentares - internamente na Casa e, ao mesmo tempo, permite aos cidadãos acompanharem, via internet, todo o andamento dos Processos Legislativos e acesso à Legislação existente.

As proposições nele digitadas são armazenadas segundo o padrão XML (*Extensible Markup Language*); permite o envio e o registro de protocolo das proposições junto à administração legislativa gerando comprovante de entrega; Após deliberação, votação e encaminhamento para o executivo para sanção ou veto e publicação, a matéria retorna ao sistema, na forma de lei, onde passa a fazer parte da base de Leis Municipais. Aceita *upload* de Normas Jurídicas em qualquer um dos padrões: *pdf, odt, doc, txt, HTML, XML, e outros*. Pode ser integrado ao Portal Modelo, permitindo o acesso às suas funções e às informações que armazena, já que a sua interface se dá através de navegador *web* padrão.



Ofício Circular nº 261 - 2012/SCCO/SSADM/SINTER

Brasília, 04 de setembro de 2012.

Excelentíssimo Senhor  
Vereador **ADALBERTO JOSÉ DOS SANTOS**  
Presidente da Câmara Municipal de BARRA - BA.



Assunto: **Convênio**

Senhor Presidente,

1. Tenho a honra de encaminhar uma via do Convênio celebrado entre o INTERLEGIS e esta Câmara, bem como cópia da Publicação do Extrato de Convênio no Diário Oficial da União.

Respeitosamente,

**MARIÂNGELA CASÇÃO PIRES E ALBUQUERQUE**  
Diretora Adjunta da SINTER



SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

a)Processo: TC-010.373/2012-8; b)Especie: CT nº 30/2012, firmado em 16/08/2012, entre o TCU e a empresa IMPORIO VÉRTICE - EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA; c)Objeto: fornecimento de forma paralela, de materiais bibliográficos e multimídia nas áreas de estratagem; d)Fundamento Legal: Lei nº 10.526/2002 e nº 8.666/1993; e)Vigência: De 17/08/2012, inclusive, a 16/08/2013; f)Deleção Orçamentária: 4.4.90.52 da atividade 01.032.0550.4018.0001 e 3.3.90.39 da atividade 01.032.0550.4018.0001; g)Valor: R\$ 75.181,00, sendo R\$ 27.977,34 para 2012; h)INE nº 907 de 21/07/2012 e nº 914 de 21/07/2012; i)Signatário: pelo Contratante: FERNANDO LUIZ SOUZA DA SILVA, e, pelo Contratado: DANILA FERNANDA DA SILVA.

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS DIRETORIA-GERAL

EXTRATOS DE CONTRATOS

Processo 126.822/11. ESPÉCIE: Contrato nº 2012/215/9 firmado com a NEUWALD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. OBJETO: Prestação de serviços de envio de mensagens curtas (Short Message Service - SMS) para aparelhos móveis, comprando/distribuição de serviços via web, implantação de software gerador de mensagens e suporte técnico. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 145/12. VIGÊNCIA: 30/08/12 a 29/08/13. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$92.028,60 (noventa e dois mil, vinte e oito reais e sessenta centavos). EMPENHO: 2012NE002554. CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA: - Programa de Trabalho: 01031053340610001 - Processo Legislativo. - Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. ORÇÃO FISCALIZADOR: CENIN. Pela CONTRATANTE: ROGERIO VENTURA TEIXEIRA - Diretor-Geral. Pela CONTRATADA: JOÃO PEDRO SARDINHA BARROS LIMA - Sócio Administrador.
Processo 124.269/10. ESPÉCIE: Contrato nº 2012/216/9 firmado com a MACRO SOLUTION COMERCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Aquisição de scanner portátil ou com tecnologia similar, colorido para livros e documentos até o formato A2, incluindo serviços de instalação, treinamento e manutenção preventiva e corretiva. LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 27/12. VIGÊNCIA: 29/08/12 a 30/12/16. VALOR TOTAL: R\$200.000,00 (duzentos mil reais). EMPENHO: 2012NE02587. CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA: - Programa de Trabalho: 01031053340610001 - Processo Legislativo. - Natureza da Despesa: 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente. EMPENHO: 2012NE002588. CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA: - Programa de Trabalho: 01128055340910001 - Capacitação de Recursos Humanos. - Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. ORÇÃO FISCALIZADOR: CEDI. Pela CONTRATANTE: ROGERIO VENTURA TEIXEIRA - Diretor-Geral. Pela CONTRATADA: ELYVIO ELI BALDINI - Gerente Geral.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Processo 106.401/10. ESPÉCIE: Aditivo nº 2011/266.1 firmado com a MND CONSTRUÇÕES SUBTERRÂNEAS METODO NÃO DESTRUTIVO LTDA. OBJETO: Execução de obra de rede de esgoto e águas pluviais por método não destrutivo sob o estacionamento das edificações Anexos II e III da Câmara dos Deputados, em Brasília-DF. FINALIDADE DO ADITIVO: Alteração do cronograma físico-financeiro do contrato, sem quaisquer ónus adicionais para a CONTRATADA. AMPARO LEGAL: Artigo 57, §1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93. VIGÊNCIA: Até 05/09/12. Pela CONTRATANTE: ROGERIO VENTURA TEIXEIRA - Diretor-Geral. Pela CONTRATADA: PAULO TADAJIMI TERADKA - Sócio-Administrador.
Processo 131.234/10. ESPÉCIE: Aditivo nº 2010/282.1 firmado com a ROCHA BRESSAN ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. OBJETO: Fortalecimento e instalação de sistemas de geração de energia elétrica, envolvendo montagem, teste de acionação e garantia de funcionamento. FINALIDADE DO ADITIVO: Aterramento da Câmara Decisa - Do Preço e Do pagamento. AMPARO LEGAL: Artigo 65, inciso II, alínea "c", da Lei nº 8.666/93. Pela CONTRATANTE: ROGERIO VENTURA TEIXEIRA - Diretor-Geral. Pela CONTRATADA: NELTON ROCHA - Procurador.
Processo 154.928/08. ESPÉCIE: Aditivo nº 2009/162.6 firmado com a PLANSLU - PLANTUJAMENTO E CONSULTORIA LTDA. OBJETO: Prestação de serviços na área de telemarketing para a Central Intensiva da CONTRATANTE (Call Center), compreendendo instalação, manutenção, atualização tecnológica e serviços operacionais de atendimento de telemarketing receptivo e ativo, atendimento analítico (fix, como atendimento e chat) e serviços de suporte à operação, para a Contratada, em Brasília-DF. FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogação de vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 17/08/11, com cláusula de rescisão antecipada para o caso de não conclusão do procedimento licitatório em andamento, cujo objeto é a prestação dos serviços em questão. AMPARO LEGAL: Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. VIGÊNCIA: Até 16/08/13. VALOR TOTAL: R\$1.531.804,56 (um milhão, quinhentos e treze e um mil, oitocentos e quatro reais e cinquenta e seis centavos). EMPENHO: 2012NE002505. CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA: - Programa de Trabalho: 01031053340610001 - Processo Legislativo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.tcu.gov.br/informacaodocidadao>, pelo código 00032012090490157

Natureza da Despesa: 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-Obra. Pela CONTRATANTE: ROGERIO VENTURA TEIXEIRA - Diretor-Geral. Pela CONTRATADA: PAULO MACHADO RUNKER - Procurador.

Processo 108.125/11. ESPÉCIE: Aditivo nº 2011/159.1 firmado com a MP - SENAMENHO AMBIENTAL LTDA. - EPP. OBJETO: Prestação de serviços de destinação, descarte e destinação para a CONTRATANTE. FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogação de vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 05/10/12, e redução do valor total para prestação de serviços de descarte, identificação e destinação, que passa a ser de R\$13.464,00 (treze mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais). VIGÊNCIA: Até 04/10/13. VALOR TOTAL: R\$13.464,00 (treze mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais). EMPENHO: 2012NE002390. CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA: - Programa de Trabalho: 01031053340610001 - Processo Legislativo. - Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Pela CONTRATANTE: FABIO CHAVES HOLLANDA - Diretor Administrativo. Pela CONTRATADA: EDSON RODRIGUES - Sócio Administrador.

Processo 106.548/10. ESPÉCIE: Aditivo nº 2010/221.1 firmado com a INTELEGI TELECOMUNICAÇÕES LTDA. OBJETO: Prestação de serviços de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo, entre a Rede de Dados da Câmara dos Deputados e a Rede Mundial de Computadores - INTERNET. FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogação de vigência contratual por 03.04.13, sem ônus para a CONTRATANTE, de forma a contemplar integralmente o prazo de 24 (vinte e quatro) meses de efetiva prestação de serviços, iniciada em 04.04.12, conforme disposto na Câmara Quarta do Contrato. Pela CONTRATANTE: ROGERIO VENTURA TEIXEIRA - Diretor-Geral. Pela CONTRATADA: ANDRÉ DA SILVA TELLES - Diretor e LUIZ CARLOS ALVES VIEIRA - Procurador.

Processo 177.655/08. ESPÉCIE: Aditivo nº 2009/140.1 firmado com a UNIRO MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Prestação de serviços na área de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e equipamentos, em prédios administrativos da Câmara dos Deputados. FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogação de vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 11.08.12. AMPARO LEGAL: Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. VIGÊNCIA: Até 10/08/13. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$7.197.400,05 (sete milhões, noventa e sete mil, quatrocentos e noventa e seis centavos). EMPENHO: 2012NE002504. CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA: - Programa de Trabalho: 01031053340610001 - Processo Legislativo. - Natureza da Despesa: 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-Obra. Pela CONTRATANTE: ROGERIO VENTURA TEIXEIRA - Diretor-Geral. Pela CONTRATADA: HUMBERTO DE MATOS MAIOLI - Procurador.

Processo 120.755/2010. ESPÉCIE: Aditivo nº 2011/274.1 firmado com a PROCLIMA ENGENHARIA LTDA. OBJETO: Aquisição e instalação de três resfriadores de líquido para compressor centrífugo, para o central de água gelada do sistema de ar condicionado do edifício Anexo II e da Câmara dos Deputados, com garantia de funcionamento. FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogação, pelo período de 90 (noventa) dias, do prazo de entrega/instalação do objeto contratado, sem ônus de qualquer espécie para a CONTRATANTE. AMPARO LEGAL: Artigo 57, §1º, inciso V, da Lei nº 8.666/93. VIGÊNCIA: Até 24/11/12. Pela CONTRATANTE: ROGERIO VENTURA TEIXEIRA - Diretor-Geral. Pela CONTRATADA: GUILHERMO AMARAL FURNES - Sócio-Gerente.

SENADO FEDERAL 1ª SECRETARIA

EXTRATOS DE CONVENIOS

ESPÉCIE: Convênio nº SP - 242/2012-INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de COITIA - SP. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 01/08/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal-SINTER-Execo. Sr. Senador Clecio Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador ARLDO GOMES PEREIRA, Presidente da Câmara Municipal de COITIA-SP.

ESPÉCIE: Convênio nº RS - 291/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de SÃO JERÔNIMO - RS. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 03/08/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal-SINTER-Execo. Sr. Senador Clecio Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador MARCIO ROGERIO PILGER, Presidente da Câmara Municipal de SÃO JERÔNIMO - RS.

ESPÉCIE: Convênio nº RS - 292/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de ARVOREZINHA - RS. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 05/08/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal-SINTER -Execo. Sr. Senador Clecio Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador LEONIS LUIZ ULTRAMAR, Presidente da Câmara Municipal de ARVOREZINHA - RS.

Processo 106.548/10. ESPÉCIE: Aditivo nº 2010/221.1 firmado com a INTELEGI TELECOMUNICAÇÕES LTDA. OBJETO: Prestação de serviços de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo, entre a Rede de Dados da Câmara dos Deputados e a Rede Mundial de Computadores - INTERNET. FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogação de vigência contratual por 03.04.13, sem ônus para a CONTRATANTE, de forma a contemplar integralmente o prazo de 24 (vinte e quatro) meses de efetiva prestação de serviços, iniciada em 04.04.12, conforme disposto na Câmara Quarta do Contrato. Pela CONTRATANTE: ROGERIO VENTURA TEIXEIRA - Diretor-Geral. Pela CONTRATADA: ANDRÉ DA SILVA TELLES - Diretor e LUIZ CARLOS ALVES VIEIRA - Procurador.

ESPÉCIE: Convênio nº BA - 294/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de BARRA - BA. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 05/08/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Execo. Sr. Senador Clecio Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador ADALBERTO JOSE DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de BARRA - BA.

ESPÉCIE: Convênio nº MG - 294/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de UNAI - MG. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 03/08/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Execo. Sr. Senador Clecio Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador HERMES MARTINS SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de UNAI - MG.

ESPÉCIE: Convênio nº GO - 295/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de TRINDADE - GO. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 03/08/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Execo. Sr. Senador Clecio Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador VALDENIR VIEIRA, Presidente da Câmara Municipal de TRINDADE - GO.

ESPÉCIE: Convênio nº MG - 296/2012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Interlegis e o Senado Federal Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de JOAD PINHEIRO - MG. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II. MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 01/08/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Execo. Sr. Senador Clecio Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Convênio, Vereador SEBASTIAO ALVES PASSOS NETO, Presidente da Câmara Municipal de JOAD PINHEIRO - MG.

DIRETORIA GERAL

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: 6º Termo Aditivo ao Contrato CT20100064, celebrado com a Empresa PLANALTO SERVICE LTDA. Processo: 01302019-6. Data de Assinatura: 31/08/2012. Objeto: Prorrogação a vigência do contrato de 1º de dezembro de 2012 a 31 de agosto de 2013 e acresce o seu valor mensal em 0,01955%, passando-o para R\$2413.233,97. Programa de Trabalho: 01031053340610001. Natureza da Despesa: 3390/4. Nota de Empenho nº 2012NE000559, emitida em 20/08/2012. Natureza da Despesa: 3390/37. Nota de Empenho nº 2012NE002550, emitida em 20/08/2012. Signatário: pelo Senado Federal: Doris Marize Romariz Paizoto, Diretora-Geral, pela Contratada: Rita de Cássia de Sousa.

ESPÉCIE: 6º Termo Aditivo ao Contrato CT20100065, celebrado com a Empresa SERV-VEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA. Processo: 01502009-6. Data de Assinatura: 31/08/2012. Objeto: Prorrogação a vigência do contrato de 1º de dezembro de 2012 a 31 de agosto de 2013. Programa de Trabalho: 01031053340610001. Natureza da Despesa: 3390/4. Nota de Empenho nº 2012NE000558, emitida em 20/08/2012. Signatário: pelo Senado Federal: Doris Marize Romariz Paizoto, Diretora-Geral, pela Contratada: Marcelo Hertz Soares Monteiro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DE CONTRATAÇÕES

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 147/2012 - UASG 020001

Nº Processo: 06434711-9. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para a prestação de serviços de acompanhamento e controle de qualidade de sistemas para a Subsecretaria de Controle de Qualidade e Especificações do Senado Federal Total de Item Licitação: 00009. Edital: 04/09/2012 de 08h30 às 12h00 e de 14h às 17h30. Endereço: Senado Federal Bloco de Apoio II Ministério Plano Físico - BRASÍLIA - DF. Itens do Edital: Proposta a partir de 04/09/2012 às 08h30 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 18/09/2012 às 09h30 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). - Informações Gerais: O edital completo deste Pregão Eletrônico, en-

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - (ICP-Brasil).

